



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 112, DE 2022

(Do Sr. Rubens Pereira Júnior)

Altera os artigos 348 e 349 do Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena dos crimes de favorecimento pessoal e real.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-2430/2021.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022.
(Do Sr. Rubens Pereira Junior)

Altera os artigos 348 e 349 do Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena dos crimes de favorecimento pessoal e real.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei altera os artigos 348 e 349 do Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena dos crimes de favorecimento pessoal e real.

Art. 2º - O artigo 348 do Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 348.....

Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º

-

Pena – Detenção de 3 (três) a 8 (oito) meses, e multa.

§ 2º -”
 (NR).

Art. 3º - O artigo 349 do Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

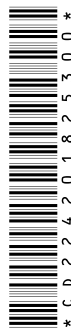
“Art. 349.....

Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.” (NR).

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Pereira Júnior

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224201825300>



JUSTIFICAÇÃO

A proposição legislativa em apreço visa majorar as penas previstas para o crime de favorecimento pessoal e real, tipificados nos artigos 348 e 349 do Código Penal. Atualmente, as penas cominadas a estes delitos são sobremaneira brandas, apesar de as condutas ali definidas serem reprováveis.

No caso do favorecimento pessoal, tal crime se estabelece quando alguém auxilia a fuga de agente delituoso. Reiteramos que tal ação é grave, pois pode prejudicar e muito a atuação repressiva estatal.

Recentemente, presenciamos o desdobramento de uma série de crimes que comoveu o país: o caso Lázaro Barbosa. Fugitivo da polícia e acusado de delitos hediondos, sua perseguição durou mais de dez dias, o que aterrorizou a população e fez com que as forças policiais se tornassem alvo de chacotas.

Entretanto, tal fuga só perdurou por todos esses dias porque comprovadamente o agente criminoso estava sendo auxiliado por outra pessoa, que lhe dava abrigo, comida e o ocultava das buscas policiais. Damos este exemplo apenas para elucidar o quão danoso à sociedade o crime de favorecimento pessoal pode ser.

Neste sentido, achamos justificável o aumento das penas previstas: se alguém esconder criminoso que tenha praticado delito abstratamente punível por reclusão, a pena prevista passa a ser de um a três anos, e multa. No caso de auxílio a criminoso que cometeu delito abstratamente punível por detenção, a pena proposta é de três a oito meses de detenção e pagamento de multa.

No que concerne ao crime de favorecimento real, este se estabelece quando alguém, excetuados os casos de coautoria e receptação, auxilia o agente delituoso a tornar seguro o proveito do crime. A ínfima pena atualmente cominada também não condiz com a realidade e, por este motivo, entendemos que é necessário adequá-la.

Assim, por entendermos ser a presente proposição deveras relevante e significativa é que submetemos a mesma a íncrita apreciação de



Vossas Excelências e pugnamos por seu reconhecimento e consequente aprovação.

Sala das Sessões, de 2022.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Deputado Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Pereira Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224201825300>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

CÓDIGO PENAL

PARTE ESPECIAL

(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa", de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984, publicada no DOU de 13/7/1984, em vigor 6 meses após a publicação)

TÍTULO XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Favorecimento pessoal

Art. 348. Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

§ 1º Se ao crime não é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de quinze dias a três meses, e multa.

§ 2º Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

Favorecimento real

Art. 349. Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

Art. 349-A. Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano. *(Artigo acrescido pela Lei nº 12.012, de 6/8/2009)*

Exercício arbitrário ou abuso de poder

Art. 350. [*\(Revogado pela Lei nº 13.869, de 5/9/2019, publicada no DOU Edição Extra de 5/9/2019, em vigor 120 dias após a publicação\)*](#)

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
